

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 - NÚMERO 24 -----

Aos 23 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Mário Manuel Pereira Peixinho, Carlos Jorge Duarte Pereira, Luís Filipe Silva Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.-----

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e vinte minutos.-----

**ACTAS:** -----

Procedeu-se à apreciação da Acta nº 19, correspondendo à Reunião de Câmara de 17 de Setembro de 2010. Com as alterações propostas pelos vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes e pelo Presidente, a acta foi aprovada por unanimidade.-----

Procedeu-se em seguida à apreciação da Acta nº 21, correspondendo à Reunião de Câmara de 13 de Outubro de 2010. Com as alterações propostas pelos vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes e pelo Presidente, a acta foi aprovada por unanimidade.-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

A vereadora Regina Ferreira começou a sua intervenção por solicitar o acesso ao protocolo da Câmara com a empresa TEXSA, pedido que já tinha efectuado mas que ainda não tinha sido atendido.-----

Perguntou em seguida sobre os motivos que terão levado às alterações no que diz respeito aos cargos de encarregados e se já se teria realizado alguma avaliação de desempenho que sustente estas mudanças. Ainda sobre situações laborais de funcionários, a Vereadora perguntou quais são as funções que o actual motorista da Câmara desempenha e sob que vínculo profissional.-----

A Vereadora teve conhecimento de que estão a decorrer obras na Escola Básica do 1º ciclo, pelo que pretende ser esclarecida sobre o teor da intervenção e sobre a sua pertinência tendo em conta que nos encontramos em período de aulas.-----

A Vereadora teve também conhecimento da realização de uma reunião da Associação de Regantes. Não tendo podido estar presente, a Vereadora pretende ser informada sobre as conclusões que dessa reunião resultaram.-----

A Vereadora tem ouvido algumas notícias sobre o contrato de transferência de competências na área da educação que dão conta de descontentamento da Autarquia relativamente aos termos em que foi assinado. Pretende saber o que se passa e o que se está a pensar fazer.-----

Ainda na área da educação, a Vereadora perguntou se havia alguma alteração relativamente à situação laboral da funcionária Rosário Martins.-----

Em relação aos subsídios a atribuir às colectividades do concelho, e cujo plano foi aprovado em reunião de Câmara, a Vereadora pretende saber se o pagamento está a ser cumprido conforme a agenda.-----

Outro dos rumores que a Vereadora ouviu dizia respeito à vinda da ASAE ao agrupamento escolar, pelo que pediu ao Presidente que confirmasse esta informação e explicasse o motivo e o resultado dessa visita.-----

Pediu também para se fazer um ponto de situação relativamente ao roubo na Casa dos Patudos, bem como no que toca à situação do guarda do respectivo museu, que se encontrava incontactável.-----

Por último, a Vereadora perguntou quais seriam os critérios definidos para a cedência do autocarro da Câmara, concretamente no que respeita ao transporte para Lisboa de manifestantes, e quis saber a quem seriam imputados os gastos dessas deslocações.-----

Interveio em seguida o Vereador Luís Garrotes voltando a solicitar a consulta ao documento de apoio ao Plano de Saneamento Financeiro e perguntando por possíveis desenvolvimentos no que respeita ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS).-----

Referiu-se em seguida ao protocolo que a Câmara assinou com diversas entidades no contexto do projecto da Cultura Avieira para chamar a atenção para o que considera poder ser um valor excessivo nas remunerações previstas para o coordenador do projecto e para os dois técnicos. Este assunto já tinha sido levantado e ter-se-ia ficado a aguardar para perceber quais seriam as funções desses técnicos e então perceber se os valores se ajustavam. Assim, o Vereador pretende saber se já houve alguma comunicação da parte da coordenação deste projecto.-----

Perguntou também por novidades no que toca ao Contrato Programa para recuperação dos caminhos rurais, tentado perceber se já se definiu quais os caminhos que vão sofrer intervenções

e o plano de concretização dessas intervenções.-----  
Por último, o Vereador referiu-se à questão dos cães abandonados, contrapondo a versão que o Vereador Mário Peixinho apresentara na última reunião de Câmara à informação que lhe fizeram chegar de que existiam vários cães na escola e que nem sempre esse convívio era pacífico, o que assustaria algumas crianças e preocuparia alguns pais.-----

Posto o que o Presidente passou a responder às perguntas a ele dirigidas, começando por se referir ao protocolo com a empresa TEXSA e pedindo para se tomar nota para se enviar cópia à Vereadora Regina Ferreira.-----

Em relação às alterações nos cargos de encarregados, o Presidente explicou que elas vêm na sequência da reestruturação dos serviços que a Câmara está a levar a efeito de acordo com o previsto na lei. Estas alterações visam o melhoramento da qualidade dos serviços prestados à população no seguimento da avaliação que o próprio Executivo fez após um ano de mandato. No caso dos serviços externos, aqueles que até agora sofreram maiores alterações, o Presidente explicou que no seu entender se justificava uma maior responsabilização dos vários elementos de cada sector em detrimento da coordenação focada na figura do encarregado geral. Para o Presidente não faz sentido a existência dessa figura uma vez que a coordenação desses serviços deverá ser feita a partir do vereador do respectivo pelouro, sendo cada um dos encarregados responsável pelo seu sector. O Presidente acrescentou ainda que não houve introdução de novos encarregados ou alterações no quadro de pessoal, simplesmente se procedeu a alguns ajustes funcionais que não carecem de aprovação em sede de Câmara ou Assembleia Municipal.-----

O Vereador Mário Peixinho esclareceu ainda que o Senhor João Osório, o auxilia muitas vezes na coordenação dos serviços externos, mantendo-o em contacto directo com os encarregados, pelo que a figura do Encarregado Geral se tornou obsoleta.-----

O Presidente respondeu em seguida à questão sobre o motorista Francisco José, explicando que o mesmo se encontra na Câmara ao abrigo do Programa Ocupacional (POC) promovido pelo Centro de Emprego, desenvolvendo funções de motorista e, muito raramente, de motorista do Presidente.-----

Quanto às obras na E. B. 1, o Presidente concorda que de facto o ideal é guardar as intervenções para os períodos de interrupção lectiva. Infelizmente existem sempre entraves e questões burocráticas que levam ao atraso do arranque das obras. Assim, e em sintonia com a direcção do Agrupamento de Escolas, chegou-se à conclusão que seria preferível avançar com as obras que estavam previstas, mesmo com algum prejuízo que daí advenha para a vida escolar, desde que mínimo, como é o caso.-----

A Vereadora Regina Ferreira interveio para esclarecer que para além da explicação que o Presidente deu pretendia também conhecer a natureza das obras em curso.-----

Ao que o Presidente respondeu tratar-se da colocação do novo pavimento no exterior, na zona posterior do edifício junto aos equipamentos de recreio, acrescentando que não existe nenhuma intervenção a decorrer no interior da escola. Para além desta intervenção, a junta fará um pequeno arranjo na zona frontal da escola e, posteriormente, a Câmara procederá à pintura do edifício, bem como do edifício das escolas do Frade de Baixo, Frade de Cima, Casalinho e Jardins de Infância. Estas intervenções decorrerão preferencialmente durante os períodos de férias.-----

Em relação à possibilidade de rescisão do contrato de transferência de competências na área da educação, o Presidente reconheceu que tinha abordado um elemento da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) pedindo um ponto de situação do entendimento que a associação fazia desta matéria, tendo posteriormente feito saber à ANMP que a Câmara de Alpiarça era uma das que teria em cima da mesa a possibilidade de rescindir o contrato com o Ministério da Educação. Nessa altura o Presidente foi abordado pela imprensa, não se tendo coibido de manifestar as reservas da Câmara relativamente a esse processo, nomeadamente a questão do *ratio* dos funcionários, que está abaixo das necessidades, obrigando a Câmara a colmatar o défice a expensas próprias, e a questão das obras de que o edifício da escola sede carece e que não podem ser realizadas com o exíguo dinheiro que o Ministério transfere anualmente para a Autarquia para a manutenção do espaço.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou que entende que se o Ministério já mostrou alguma abertura e já assumiu algumas lacunas, não fará sentido para já estar a falar em desistência de contrato sem estarem esgotadas todas as possibilidades de negociação.-----

O Presidente explicou que não se trata de assumir a intenção de rescindir o contrato, mas

apenas de afirmar que é uma hipótese que está em cima da mesa e que carece de discussão e compromissos por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.-----  
Embora concordando que as condições da transferência deviam ter sido asseguradas, a Vereadora Regina Ferreira recordou que os problemas entre a escola e a Direcção Regional já são antigos, evocando, por exemplo, o problema das obras do tecto da escola que há muito se arrasta. Lembrou também que as necessidades escolares hoje, nomeadamente a nível de pessoal, não são as mesmas de há uns tempos atrás, pelo que a Vereadora é da opinião de que se devia tentar negociar o contrato para o adaptar às novas necessidades, até porque não está segura de que a sua denúncia venha alterar a situação. No entanto, se se entender que representa uma mais-valia, a Vereadora afirmou não ter nada contra a rescisão do contrato, desde que se faça uma análise e efectivamente se chegue à conclusão de que a transferência não foi benéfica. Até porque é da opinião de que é conveniente a gestão das escolas ser feita a partir das localidades, uma vez que são elas que conhecem a sua realidade e mais interesse terão em que resolver os seus próprios problemas. Mas, sublinhou, tudo depende dos benefícios que cada opção trazer para a Autarquia e para a comunidade escolar.-----

O Presidente respondeu em seguida à questão relacionada com a situação laboral da funcionária Rosário Martins, explicando que não havia novidades a esse nível, estando a questão entregue ao gabinete jurídico da Autarquia que está a analisar o assunto.-----

Quanto à alegada presença da ASAE na escola, o Presidente afirmou não ter informação sobre esse assunto.-----

Já no que toca ao roubo na Casa dos Patudos, tudo se mantém, incluindo a impossibilidade de contactar o guarda do museu que desde o dia do roubo está incontactável.-----

Quanto ao autocarro da Câmara, o Presidente confirma que a Câmara tem sido solicitada no sentido de emprestar o veículo a manifestantes, e que, da mesma forma que se empresta a escuteiros ou outros grupos de cidadãos ligados à igreja católica que pretendem realizar fundos para a construção de uma capela, também se empresta a sindicatos, como já aconteceu com o STAL, ou à Fundação das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Ribatejo (FARPIR) para se deslocarem a Lisboa para se poderem manifestar pelos seus direitos.-----

O Vereador Luís Garrotes perguntou se se trata de uma cedência ou se havia a possibilidade de cobrar algum tipo de taxa.-----

O Presidente respondeu tratar-se, em qualquer dos casos, de cedências e afirmou não estar previsto o pagamento de nenhum tipo de taxa pela utilização do autocarro.-----

O Vereador Luís Garrotes declarou que, tendo em conta o período de crise que atravessamos, talvez fosse vantajoso aprovar algum tipo de taxa que garantisse à Câmara alguma compensação nessas cedências. O Vereador entende que é obrigação da Câmara apoiar a esse nível associações com interesse directo para o Concelho, como é o caso do rancho folclórico ou das colectividades, mas talvez fosse vantajoso poder obter alguma compensação pelos custos directos associados à cedência do transporte no caso de outras entidades que não estejam directamente relacionadas com o Concelho.-----

O Vereador Carlos Pereira adiantou que o regulamento dos transportes da autarquia é um dos assuntos que tem pendente na sua secretária e será revisto em breve. Explicou que é um documento muito antigo e desactualizado à luz das novas necessidades.-----

Quanto ao documento de apoio ao plano de saneamento financeiro, o Presidente esclareceu que tinha dado instruções ao seu adjunto, José Marcelino, para fazer chegar o documento ao vereador. No entanto, o Presidente considera que é prematuro estar a analisar essa questão tão aprofundadamente como se pretende antes de o próprio plano ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas. Assim, o Presidente entende que se deve reservar a discussão acerca da especificação e calendarização dos cortes que se pretendem fazer para depois de ultrapassados todos os trâmites da aprovação do empréstimo.-----

Sobre o protocolo da candidatura da cultura aveira a património nacional, o Presidente lembrou que este já foi assinado em Santarém. Há, no entanto, a expectativa por parte da estrutura de coordenação de tentar reduzir ao máximo os custos de funcionamento, e isso passa sobretudo pela angariação de novos parceiros. O Presidente tem notícia da expectativa de que a ARH-Tejo poderá participar nesta estrutura, assim como outras autarquias, como sejam as câmaras da Marinha Grande, de Mira ou de Alcácer do Sal.-----

Quanto às estradas a serem recuperadas a propósito do Programa das Intempéries, trata-se da estrada entre a Gouxá e o Casal dos Gagos, da estrada entre o Casalinho e a Parreira e também

outros caminhos de terra menos específicos. Existe um plano que está a ser elaborado pelo Gabinete Técnico e que será entregue posteriormente aos vereadores.

O Vereador Carlos Pereira passou a responder às questões directamente relacionadas com os seus pelouros.

Relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), o Vereador explicou que tudo se mantém no ponto em que estava. Informou que esteve no Instituto de Segurança Social e que falou com a pessoa responsável pelo processo que lhe garantiu que a Segurança Social daria em breve uma resposta à Câmara de Alpiarça. Entretanto realizou-se uma reunião de CLAS [não sei traduzir esta sigla] que contou com a presença da Dr.<sup>a</sup> Paula Morais da Segurança Social que lhe voltou a dizer que em breve a Segurança Social entraria em contacto com a Câmara com a resposta final.

Em relação aos subsídios, o Vereador afirmou ter muita pena que não estejam em dia, mas de facto não estão e nem poderiam estar, uma vez que a Câmara está falida. Algumas mensalidades foram pagas, mas de Agosto até ao presente estão em atraso.

O Presidente acrescentou que estes subsídios estão em atraso da mesma forma que estão em atraso alguns pagamentos a fornecedores. A Câmara não tem recursos, o plano de saneamento ainda não recebeu o visto do Tribunal de Contas e, como tal, não está em condições de assumir em pleno os seus compromissos face às dívidas que herdaram.

O Vereador Mário Peixinho tomou a palavra para responder às questões a ele direccionadas. Sobre a Associação de Regantes, o Vereador explicou que decorreram duas reuniões, em Alpiarça e em Almeirim, com o objectivo de divulgar e motivar os agricultores para a pertinência do aproveitamento da água do rio Tejo e para a formação desta associação. A reunião em Alpiarça teve a participação de cerca de 6 pessoas ligadas à agricultura, e foi menos participada que a de Almeirim. No entanto, o Vereador está convicto de que se consegue o número mínimo inicial para fundar a Associação de Regantes de Alpiarça e Almeirim. Entretanto está prevista uma visita à Associação de Regantes de Vila Franca de Xira como medida para motivar os potenciais interessados para a importância desta medida. De resto, o projecto está bem encaminhado, embora não haja ainda data prevista para a constituição da associação.

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se o financiamento a cem por cento tinha um prazo limite.

O Vereador respondeu que há financiamento a cem por cento enquanto estiver em vigor o Quadro de Referência.

Em relação à presença de cães na Escola B. 2, 3/S, o Vereador entende que eles só podem ter entrado através de algum buraco na vedação junto do Centro Escolar que está a ser construído nesse recinto. De outra forma não vê como é que esses cães podem ter entrado e não terem sido expulsos pelo pessoal.

Já em relação ao canil propriamente dito, o Vereador afirmou ter tido a ideia de instalar num terreno da Zona Industrial um ecocentro e as infra-estruturas do canil. Infelizmente esse hectare e meio de terreno é da empresa TEXSA, pelo que não será possível concretizar esta ideia.

#### **ORDEM DO DIA:**

##### **EXPEDIENTE:**

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

##### **VÁRIOS:**

###### **- Baile de Finalistas do 12º ano - Pedido de Contribuição Monetária.**

O Presidente explicou que não se desenvolveram ainda os contactos necessários com esta comissão para esclarecimento de todos os aspectos, ao que se acrescenta o problema de a Câmara não poder aprovar subsídios para grupos informais que não estejam constituídos como colectividades. Assim, o Presidente sugeriu que o ponto fosse retirado para que se pudesse entrar em contacto com a comissão que está a organizar este Baile de Finalistas no sentido de clarificar este pedido.

###### **- Colheita e Venda de Pinhas - Edital.**

Deliberado por unanimidade concordar com a minuta do Edital.

##### **OBRAS:**

###### **- Prédio Degradado - Informação fiscal nº 26/2010 - Parecer Jurídico.**

[Há um corte na gravação entre o ponto anterior e este. Do outro falta a deliberação enquanto este começa com a discussão a meio. Assim sendo...]

O Presidente propôs que se deliberasse, nos termos \_\_\_\_\_

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÕES:**-----

- Assembleia Municipal de Tomar - Moção “Portagens na A23”.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- ANMP - Resolução do Conselho Geral.-----

Tomou-se conhecimento.-----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Não houve inscrições.-----

O Presidente propôs a entrada de um ponto fora da ordem do dia. Tratava-se de um pedido de autorização para o lançamento de foguetes por parte da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro.-----

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.-----

- **Pedido de autorização da S.F.A. para lançamento de foguetes nos dias 01/12/2010 e 01/01/2011.**-----

Aprovado por unanimidade ratificar a autorização concedida pela Câmara.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----

---

---